

20 de fevereiro de 2024

Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

2023

Risco de pobreza por condição perante o trabalho, duração do desemprego e nível de escolaridade

Os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado entre abril e julho de 2023 indicam que na Região Autónoma da Madeira (RAM), considerando o grupo de indivíduos com 18 ou mais anos e a linha de pobreza nacional (7 095 Euros), a taxa de risco de pobreza após transferências sociais, em 2022, atingiu 24,3% (16,3% a nível nacional).

A taxa de risco de pobreza para a população desempregada na RAM foi de 57,7%, valor superior em 11,0 pontos percentuais (p.p.) à taxa nacional e inferior em 4,6 p.p. à da Região Autónoma dos Açores (RAA), onde ascendeu a 62,3%.

Para a população reformada, a taxa de risco de pobreza na RAM situou-se em 19,5%. Este foi o único grupo populacional em que a taxa de pobreza na RAM foi superior à taxa nacional e à taxa da RAA. A taxa de pobreza nacional foi de 15,4% e na RAA foi de 18,1%.

A taxa de risco de pobreza na RAM para a população empregada foi de 15,7%, valor superior em 5,7 p.p. à taxa nacional (10,0%) e inferior em 0,7 p.p. à taxa da RAA (16,4%).

A taxa de intensidade da pobreza, em 2022, foi inferior na RAM, quando comparada com a taxa nacional (exceto no grupo dos reformados) e com a taxa da RAA. A intensidade de pobreza foi superior entre a população desempregada, atingindo na RAM 27,8%, na RAA 40,1% e a nível nacional 46,2%.

Segundo a duração do desemprego, as taxas da RAM são sempre superiores às nacionais, destacando-se a diferença de 11,1 p.p. na taxa do grupo “12 meses” em que foi registada a taxa de risco de pobreza na RAM de 61,6% e de 50,5% no País. Em relação à RAA, as taxas da RAM foram inferiores nos grupos “0 meses”, em que atingiu 22,8% na RAA e 21,0% na RAM, e no grupo “12 meses”, em que a taxa foi de 64,9% na RAA e 61,6% na RAM.

Destaca-se na RAM uma menor taxa de risco de pobreza entre os indivíduos que tinham o “Ensino Secundário ou superior”, sendo inferior a metade da taxa de risco de pobreza dos indivíduos que estavam no grupo “Até ao ensino básico”, respetivamente 15,5% e 31,3%, uma diferença de 15,8 p.p..

A nível nacional, a taxa de risco de pobreza para estes dois grupos foi inferior, sendo de 22,6% no grupo “Até ao ensino básico” e de 9,8% no grupo “Com ensino secundário ou superior” (9,8%). Na RAA, observaram-se taxas de 34,0% e 10,3%, respetivamente.



1. Introdução

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) realiza anualmente na Região Autónoma da Madeira (RAM) o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICVR), operação estatística de âmbito nacional e da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE). Nesta divulgação analisa-se o risco de pobreza na população com 18 e mais anos de idade, nomeadamente por condição perante o trabalho, duração do desemprego e por nível de escolaridade.

A informação apresentada reflete os resultados do inquérito realizado entre abril e julho de 2023 que abrangeu na RAM uma amostra de 2 993 alojamentos. Os dados referentes ao rendimento foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido de 2022, ano anterior do inquérito que é considerado o ano de referência do rendimento, excluindo-se outras fontes de rendimento, nomeadamente o salário em géneros, o autoconsumo, o autoabastecimento e a autolocação. Em consequência, as taxas de risco de pobreza apresentadas dizem respeito ao ano de 2022.

A análise dos rendimentos do ICVR, pressupõe a distribuição equitativa de recursos dentro de cada agregado familiar, utilizando o conceito de rendimento por adulto equivalente. Este conceito reflete a alocação do rendimento total do agregado familiar a cada membro da família, através da aplicação da escala de equivalência modificada da OCDE, utilizada a nível europeu. O rendimento monetário líquido por adulto equivalente é calculado pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”.

A escala de equivalência modificada da OCDE atribui um peso de 1 ao primeiro indivíduo adulto de cada agregado, 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro do agregado. Assim, o rendimento por adulto equivalente constitui uma medida dos recursos económicos disponíveis para cada indivíduo, considerando simultaneamente o rendimento auferido e as necessidades associadas à dimensão e à composição do agregado familiar em que esse indivíduo está inserido.

Na análise destes rendimentos, recorre-se à mediana - rendimento monetário líquido anual mediano por adulto equivalente -, valor que divide o rendimento existente na população em duas partes iguais: metade da população tem um rendimento inferior ao rendimento mediano e outra metade da população tem um rendimento superior. Este valor é utilizado no cálculo da linha de pobreza.

2. Taxa de risco de pobreza

Taxas inferiores quando se restringe o cálculo apenas à população adulta

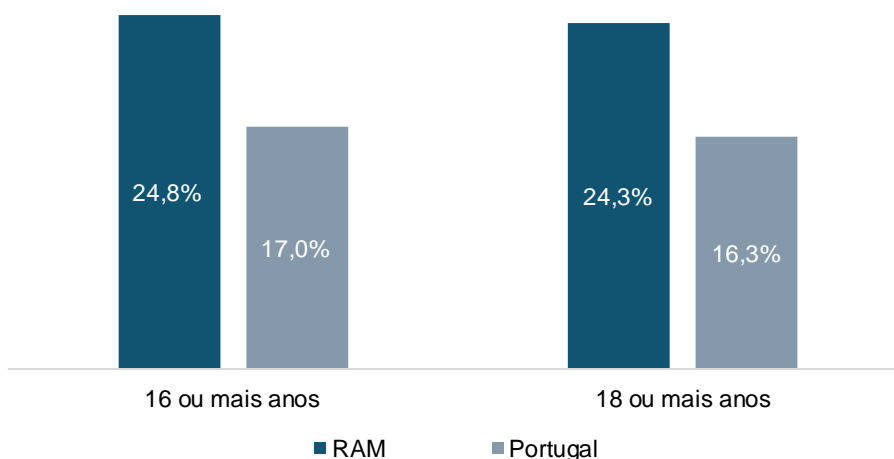
A taxa de risco de pobreza é definida como a percentagem da população cujo rendimento disponível equivalente se encontra abaixo do limiar de pobreza, que corresponde a 60% do rendimento monetário líquido anual mediano por adulto equivalente. Os indicadores apresentados consideram como referência a linha de pobreza nacional que em 2022 foi de 7 095 Euros.



A taxa de risco de pobreza após transferências sociais (inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais) para a RAM, considerando o grupo de indivíduos com 18 ou mais anos, calculada com a linha de pobreza nacional, em 2022, atingiu 24,3% (16,3% a nível nacional).

Recorde-se que no ICVR são inquiridos os rendimentos de todos os membros do agregado com 16 ou mais anos, e, para este grupo etário, a taxa de risco de pobreza para a RAM, em 2022, foi de 24,8%, superando em 0,5 pontos percentuais (p.p.) o observado no grupo dos 18 ou mais anos. No País, a taxa de risco de pobreza foi de 17,0% valor superior em 0,7 p.p. ao apurado para o grupo dos 18 ou mais anos.

Fig. 1 – Taxa de risco de pobreza, RAM e Portugal, 2022



3. Taxa de risco de pobreza segundo a condição perante o trabalho

Mais de metade dos desempregados em risco de pobreza

Considerando a condição perante o trabalho, na RAM, em 2022, a taxa de risco de pobreza para a população desempregada foi de 57,7%, valor superior em 11,0 pontos percentuais (p.p.) à taxa nacional e inferior em 4,6 p.p. à da Região Autónoma dos Açores (RAA), que ascendeu a 62,3%.

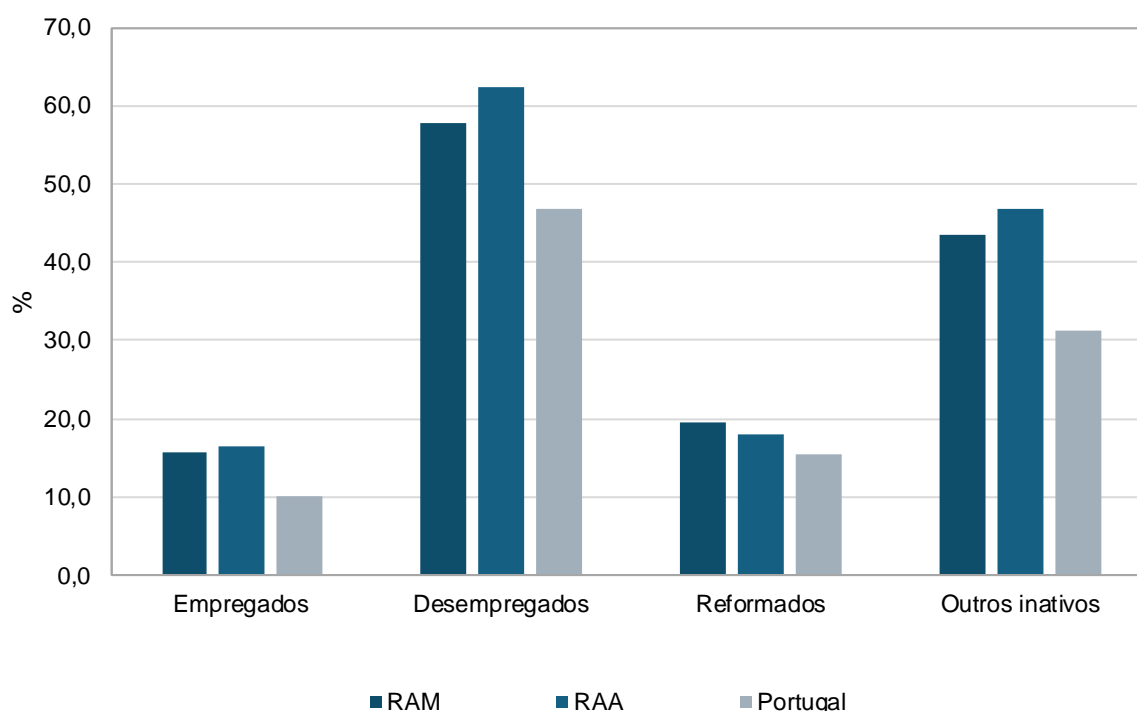
Para a população reformada, a taxa de risco de pobreza na RAM situou-se em 19,5%. Este foi o único grupo populacional em que a taxa de pobreza na RAM foi superior à taxa nacional e à taxa da RAA. A taxa de pobreza nacional foi de 15,4% e na RAA foi de 18,1%, correspondendo a uma diferença de 4,1 p.p. e 1,4 p.p. face à taxa da RAM, respetivamente.



A taxa de risco de pobreza na RAM para a população empregada foi de 15,7%, valor superior em 5,7 p.p. à taxa nacional (10,0%) e inferior em 0,7 p.p. à taxa da RAA (16,4%).

Considerando os indivíduos em outra situação de inatividade, excluindo os reformados, a taxa de risco de pobreza na RAM ascendeu a 43,4%, valor inferior ao observado para os ativos desempregados. A nível nacional, o grupo “outros inativos” teve uma taxa de risco de pobreza de 31,2%, menos 12,2 p.p., e na RAA foi de 46,9%, superior em 3,5 p.p..

Fig. 2 – Taxa de risco de pobreza, por condição perante o trabalho, RAM, RAA e Portugal, 2022



4. Taxa de intensidade da pobreza

Intensidade da pobreza inferior na RAM

A insuficiência de recursos da população em risco de pobreza, pode ser avaliada pela taxa de intensidade da pobreza. Esta taxa é o quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos em risco de pobreza relativamente ao limiar de pobreza, ou seja, reflete a proporção de pessoas que estão significativamente abaixo do limiar de pobreza.

A taxa de intensidade da pobreza, em 2022, foi inferior na RAM, quando comparada com a taxa nacional (exceto no grupo dos reformados) e com taxa da RAA.

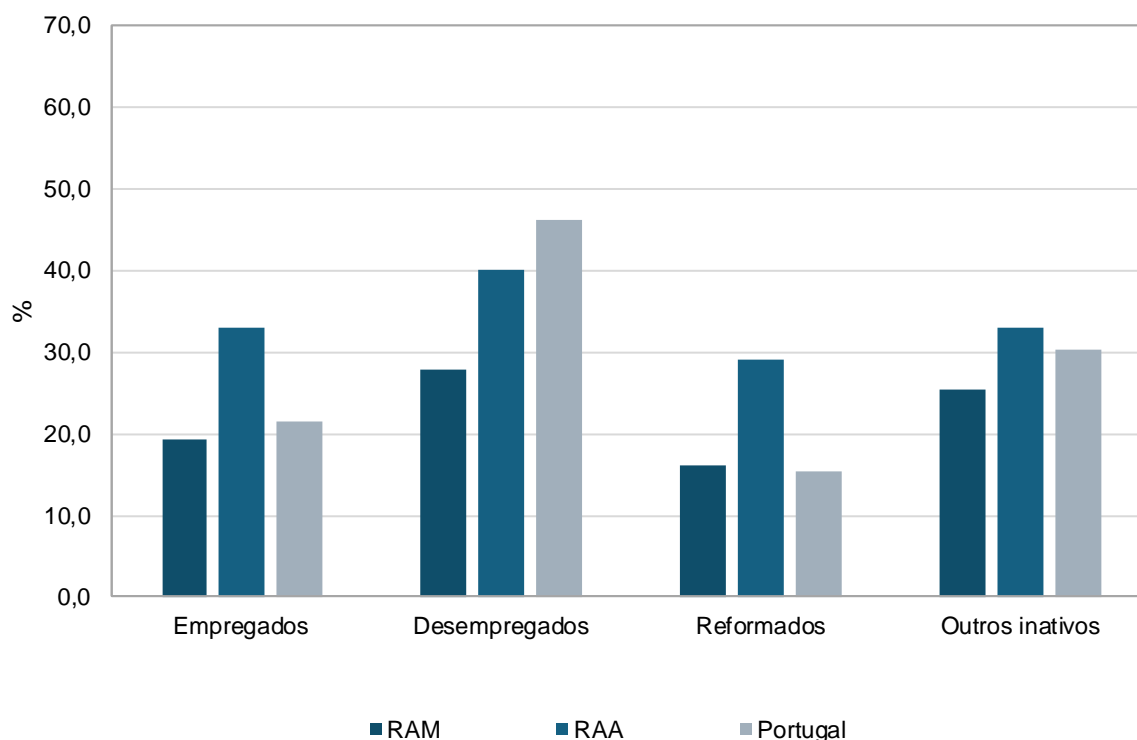


A intensidade da pobreza foi superior entre a população desempregada, atingindo na RAM 27,8%, na RAA 40,1% e a nível nacional 46,2%. Entre o grupo dos “Outros inativos”, que exclui os reformados, a taxa de intensidade da pobreza foi a que mais se aproximou da taxa dos desempregados, atingindo na RAM 25,5%, valor inferior em 4,8 p.p. à taxa nacional (30,3%) e inferior em 7,4 p.p. à taxa da RAA (32,9%).

A população empregada da RAM apresentou uma taxa de intensidade da pobreza de 19,3%, valor que mais se distancia do observado, para o mesmo grupo, na RAA, tendo sido registada uma diferença de 13,6 p.p. (32,9%). Face à intensidade da pobreza do País a diferença foi mais reduzida, sendo inferior em 2,2 p.p. (21,5%).

O grupo “Reformados” foi o que registou na RAM a mais baixa taxa de intensidade da pobreza, atingindo 16,0%, valor superior em 0,5% ao observado a nível nacional (15,5%) e inferior em 13,0 p.p. ao apurado para a RAA (29,0%).

Fig. 3 – Taxa de intensidade da pobreza, por condição perante o trabalho, RAM, RAA e Portugal, 2022

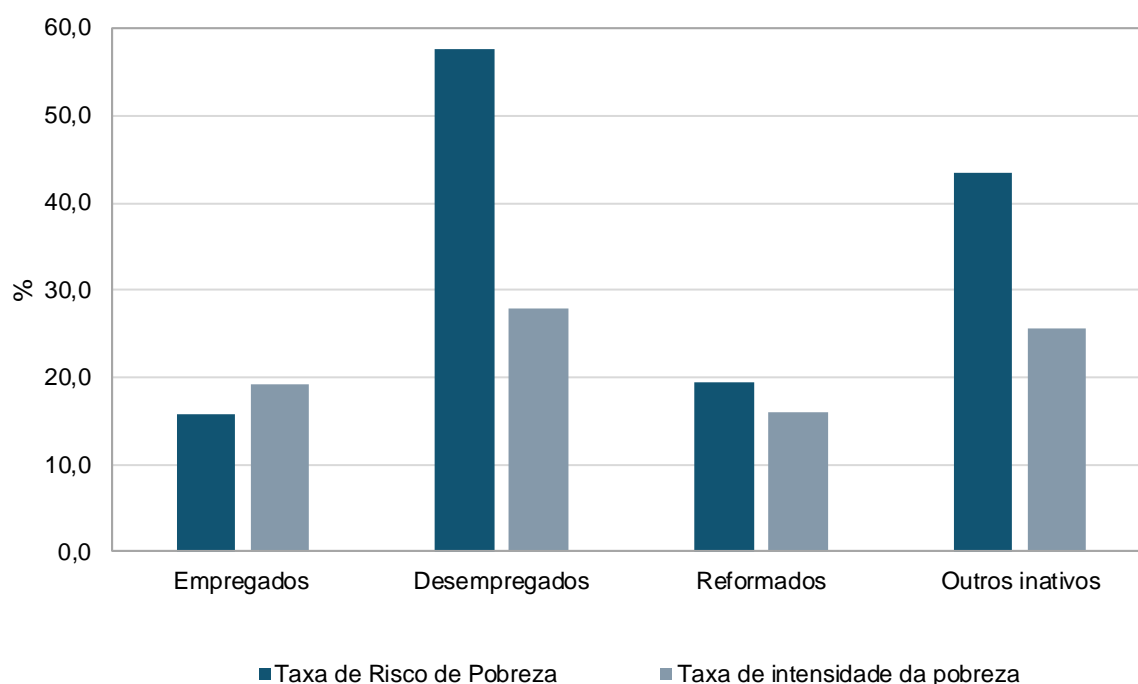


Se se relacionar estes dois últimos indicadores, taxa de risco de pobreza e taxa de intensidade da pobreza, por condição perante o trabalho, evidencia-se uma diminuição da taxa de intensidade da pobreza com o aumento da taxa de risco de pobreza, exceto no grupo dos empregados.

Destaca-se um diferencial superior no grupo dos desempregados, em que a taxa de risco de pobreza foi de 57,7% e a taxa de intensidade da pobreza foi de 27,8%. No grupo “Outros inativos”, a diferença é também acentuada., de 43,4% na taxa de risco de pobreza e 25,5% na taxa de intensidade da pobreza.



Fig. 4 – Taxa de risco de pobreza e taxa de intensidade da pobreza, RAM, 2022



5. Taxa de risco de pobreza segundo a duração do desemprego

Taxa de risco de pobreza aumenta com o aumento da duração do desemprego

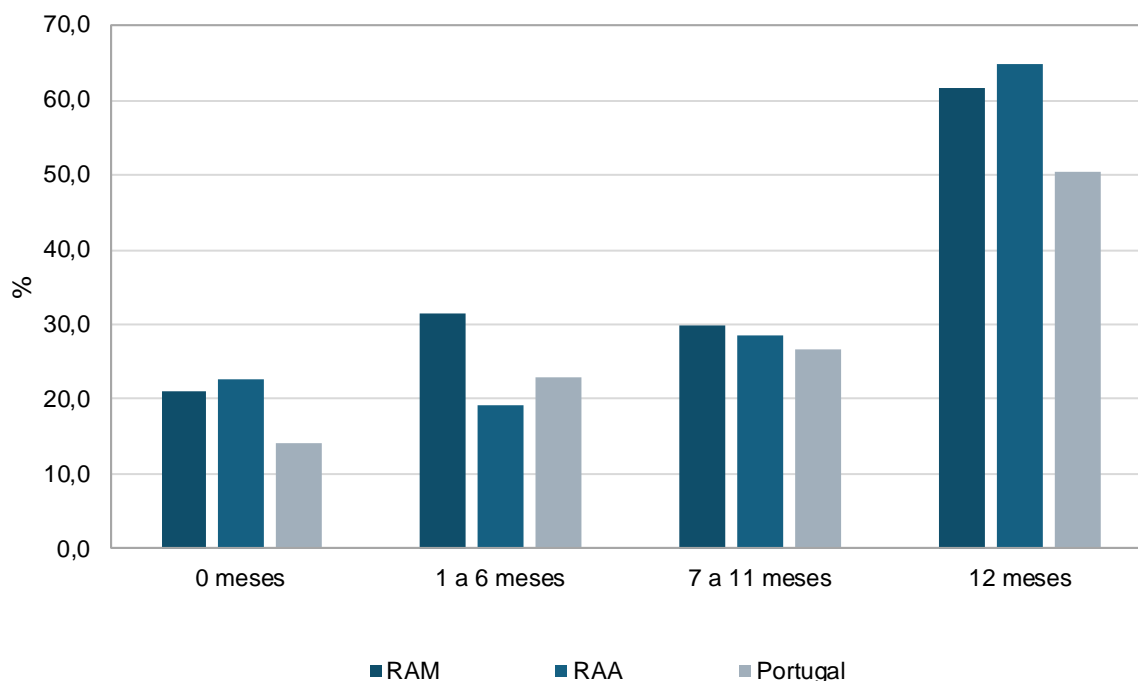
No ICVR é solicitado aos entrevistados que identifiquem a condição perante o trabalho desde janeiro do ano anterior até ao momento da entrevista. Assim, constituíram-se 4 grupos de acordo com a duração do desemprego durante o ano de observação: 0 meses, 1 a 6 meses, 7 a 11 meses e 12 meses.

O gráfico seguinte mostra que, a taxa de risco de pobreza aumenta com o aumento da duração do desemprego, sendo na RAM de 21,0% no grupo com duração de desemprego “0 meses” e de 61,6% no grupo “12 meses” (grupo que apresenta o maior risco de pobreza).

Comparativamente ao risco de pobreza a nível nacional segundo a duração do desemprego, as taxas da RAM são sempre superiores, destacando-se a diferença de 11,1 p.p. na taxa do grupo “12 meses” em que foi registada a taxa de risco de pobreza na RAM de 61,6% e de 50,5% no País. Em relação à RAA, as taxas da RAM foram inferiores nos grupos “0 meses”, em que atingiu 22,8% na RAA e 21,0% na RAM, e no grupo “12 meses”, em que a taxa foi de 64,9% na RAA e 61,6% na RAM.



Fig. 5 – Taxa de risco de pobreza, por duração do desemprego, RAM, RAA e Portugal, 2022



6. Taxa de risco de pobreza segundo o nível de escolaridade mais elevado completo

Menor taxa de risco de pobreza entre os indivíduos com o ensino secundário ou superior

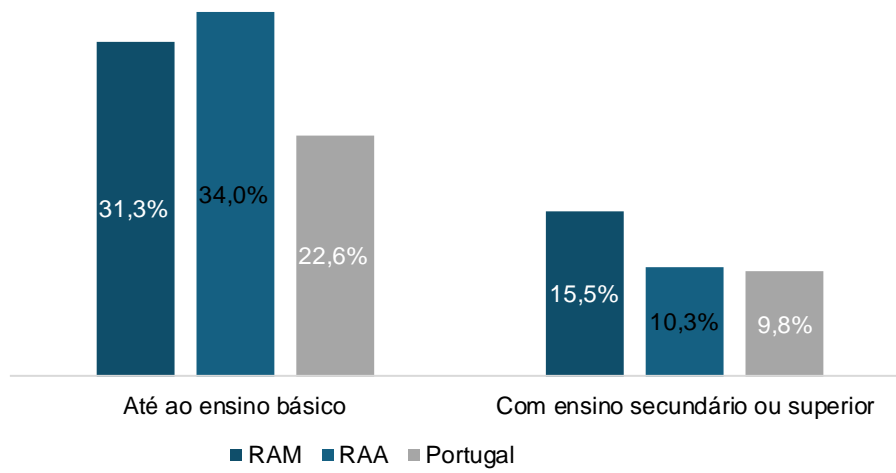
No ICVR, na caracterização dos indivíduos, é inquirido o nível de escolaridade mais elevado que completaram ou obtiveram equivalência. Para a análise da taxa de risco de pobreza segundo esta variável, consideraram-se dois grupos:

- “Até ao ensino básico”: nenhum nível de escolaridade, Ensino básico – 1.º ciclo, Ensino básico – 2.º ciclo e Ensino básico – 3.º ciclo;
- “Com ensino secundário ou superior”: ensino secundário e ensino pós-secundário (cursos de especialização tecnológica não superior), curso técnico superior profissional, bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento.

À semelhança das restantes regiões, destaca-se na RAM uma menor taxa de risco de pobreza entre os indivíduos que tinham o ensino secundário ou superior, sendo inferior a metade da taxa de risco de pobreza dos indivíduos que estavam no grupo “Até ao ensino básico”, respetivamente 15,5% e 31,3%, uma diferença de 15,8 p.p.. A nível nacional, a taxa de risco de pobreza para estes dois grupos foi inferior em 8,7 p.p. no grupo “Até ao ensino básico” (22,6%) e em 5,7 p.p. no grupo “Com ensino secundário ou superior” (9,8%). Em relação à RAA, no grupo “Até ao ensino básico” o risco de pobreza superou o observado na RAM em 2,7 p.p. atingindo 34,0% e no outro grupo foi inferior em 5,2 p.p. ao observado na RAM, com 10,3%.



Fig. 6 – Taxa de risco de pobreza, por nível de escolaridade completo, RAM, RAA e Portugal, 2022



NOTA TÉCNICA

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (EU-SILC) é realizado em Portugal desde 2004, até 2020 no quadro de legislação comunitária específica (Regulamento nº 1177/2003), que estabelecia um sistema comunitário harmonizado de produção de estatísticas sobre a pobreza, privação e exclusão social. A partir de 2021, o inquérito é realizado de acordo com regulamentação comunitária específica e em conformidade com o Regulamento (UE) 2019/1700 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de outubro de 2019.

A comparabilidade dos dados entre Estados-Membros não se baseia na construção de um inquérito comum, mas sim na construção de um quadro de referência comum. Este quadro de referência define uma lista harmonizada de variáveis primárias e secundárias, linhas de orientação e procedimentos comuns, conceitos comuns e classificação comum.

As variáveis principais, recolhidas anualmente, referem-se ao agregado doméstico privado ou aos indivíduos e estão agrupados em domínios:

- Ao nível dos agregados, são cobertos quatro domínios: dados de base; habitação, privação material e rendimento;
- Ao nível dos indivíduos, as informações são agrupadas em cinco domínios: dados de base/demográficos; educação, saúde, trabalho e rendimento.

A realização do inquérito visa a obtenção de resultados para o conjunto de todos os indivíduos que no período de referência residem no território nacional, com desagregação ao nível NUTS II a partir de 2018. Para o rendimento, este período de referência corresponde ao ano anterior àquele em que são realizadas as entrevistas.

Em 2023, a informação foi recolhida através de entrevistas presenciais assistas por computador (CAPI, ou Computer Assisted Personal Interviewing em inglês) e de entrevistas telefónicas (CATI, o Computer Assisted Telephone Interviewing em inglês), entre abril e julho. Tal como no ano anterior, foram utilizados dados administrativos do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS – Modelo 3, Anexo A) relativos aos rendimentos do trabalho por conta de outrem, de modo a melhorar a consistência e a qualidade da informação antes da dedução de impostos e contribuições sociais, prevendo-se o alargamento da mesma fonte a outras componentes do rendimento em futuras edições desta operação estatística.

O questionário incorpora perguntas sobre o agregado familiar e também sobre as características pessoais de cada membro, em particular sobre os rendimentos de todos os membros com 16 ou mais anos. Em 2023, na RAM, o inquérito dirigiu-se a 2 993 unidades de alojamento, das quais 2 664 com resposta completa (taxa bruta de resposta de 89,0%).



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

CONCEITOS

Escala de equivalência modificada da OCDE: esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Linha de pobreza: limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

Nível de escolaridade completo: nível de escolaridade mais elevado que foi concluído com êxito, ou para o qual se obteve equivalência, e que confere um certificado ou um diploma.

População em risco de pobreza ou exclusão social (Europa 2030): indivíduos em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material e social severa.

Rendimento equivalente: resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. Nota: “Adultos equivalentes” é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE.

Rendimento monetário líquido: rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social.

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

